

# Operação Desmonte só transfere gastos

Sonia D'Almeida - 8.06.88

## Ignácio Muzzi

BRASÍLIA — “A Operação Desmonte do governo é uma obra de ficção.” A frase é do vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, deputado César Maia (PDT-RJ), ao analisar um *quadro comparativo das execuções orçamentárias de 1986/87, da previsão orçamentária para 1988 e do projeto de gastos públicos para o próximo ano*. Colocados em valores reais, os dados demonstram que o desmonte proposto pelo governo, para o orçamento de 1989, significa nada menos que a abdicação do inchaço orçamentário programado para este ano, sem que isto represente uma redução do comprometimento das receitas governamentais com as despesas não financeiras, que têm crescido sistematicamente.

“O governo não merece ser condecorado por austeridade”, diz o parlamentar, *salientando que a proposta orçamentária para o próximo ano revela pouco interesse na contenção das despesas correntes*. Em valores reais, estas despesas, que compreendem gastos com pessoal, juros, outros custeios, investimentos e transferências correntes para a administração direta, cresceram de Cz\$ 26,6 bilhões, em 1986, para Cz\$ 38,9 bilhões, no próximo ano. Somente os gastos com pessoal aumentaram de Cz\$ 7,6 bilhões, há quatro anos, para Cz\$ 12,3 bilhões, no novo orçamento, sendo que, para 1988, a previsão destes gastos é de Cz\$ 10,8 bilhões.

**Transferência** — Maia deflacionou os valores das execuções orçamentárias utilizando um valor inchado da relação dólar/cruzado e mesmo assim consta-



Maia: Governo não merece medalha por austeridade

tou que as receitas correntes do governo cobrem cada vez menos as despesas não financeiras. Em 1986 estas despesas superaram a receita em 9,5%. No ano seguinte a relação foi de 24,6% e, no orçamento de 1988, chegou a 48%. A Operação Desmonte derrubou esta diferença para 27%, mas o deputado lembra que o índice é quase uma repetição do cenário do orçamento de 1987. “Está evidente que a *Operação Desmonte não é nada mais do que a retirada do monte erguido em 88*”, afirma o parlamentar, também

*convencido de que grande parte da redução de despesa anunciada significa, na verdade, transferência de gastos.*

O parlamentar apresentou ontem o quadro comparativo do orçamento a uma equipe de técnicos do Ministério do Planejamento, que compareceu ao Congresso para iniciar um ciclo de discussões sobre a indexação das contas do governo e prometeu que o Legislativo tudo fará para ajudar na Operação-Desmonte. “Vamos fazer um trabalho para identificar despesas passíveis de corte na ordem

de US\$ 2 bilhões”, disse Maia, que já pensa em sugerir reduções nas dotações previstas para a marinha mercante — “eles têm dinheiro demais”, afirma o parlamentar —, irrigação, e na reserva de contingência das operações oficiais de crédito.

**Promessas** — Os técnicos da Seplan comunicaram ao deputado que o governo pretende publicar mensalmente o saldo credor do orçamento, com os valores corrigidos e abatidos dos gastos realizados, de forma que o Congresso possa ter a dimensão do que está para ser realizado. Ficou acertado também que, em outubro, a Comissão de Orçamento debaterá com a assessoria da Seplan a metodologia da execução orçamentária.

Maia foi informado ainda de que o governo enviará ao Congresso, nos próximos dias, um projeto orçamentário complementar, com a exclusão dos impostos únicos, da receita do governo, já que estes, a partir de março, passam a ser recolhidos por estados e municípios, sendo incorporados ao ICM. A Seplan se dispôs também a prevenir estados e municípios sobre as dificuldades que enfrentarão para elaborar seus orçamentos, devido à indexação do Orçamento da União, que corrigirá, mensalmente, os valores das transferências de receitas.

Os técnicos da Seplan foram informados por Maia de que a Comissão de Orçamentos pretende criar dispositivos que impeçam a correção monetária das faturas do governo para com as empreiteiras e que garantam o pagamento dos precatórios judiciais pelo valor nominal. Decidiu-se, também, reduzir a flexibilidade do governo para obter crédito adicional e para ampliar as contas a pagar.